



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17910 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

GUERREIRAS DA FLORESTA NA LUTA PELO BEM VIVER: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COMO ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL PELOS POVOS INDÍGENAS.

Flávia Gerusa Pinho Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Iran de Maria Leitão Nunes - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

GUERREIRAS DA FLORESTA NA LUTA PELO BEM VIVER: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COMO ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL PELOS POVOS INDÍGENAS.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões aqui presentes são resultado de estudos doutorais, cujo o tema visa abordar o uso da Educação Popular como estratégia de Proteção da Terra Indígena Caru. Este artigo, por sua vez, tem por objetivo discutir através da experiência do grupo Guerreiras da Floresta, da Terra Indígena Caru, como os povos indígenas traçam estratégias de proteção dos seus territórios a partir da construção de suas identidades com estes chamados lugares de origem.

Abordaremos como o território se insere enquanto signo de construção de identidade para os povos indígenas e não-indígenas através das relações estabelecidas historicamente com este espaço. Ressaltando os conflitos decorrentes destas diferentes visões, tornadas antagônicas diante do processo de hierarquização cultural promovido pelo colonialismo europeu.

Falaremos ainda como os povos indígenas promovem processos de resistência a tentativa do apagamento de suas identidades, tendo como exemplo ao longo do artigo a experiência de luta das Guerreiras da Floresta. Mulheres do Povo Guajajara, residentes na Terra Indígena Caru, localizada na região do Vale do Pindaré, estado do Maranhão. Situando seu contexto de formação, e as estratégias utilizadas por estas para a proteção dos modos de vida de sua comunidade, através da afirmação de suas identidades.

As Guerreiras da Floresta são os sujeitos dos estudos doutorais em andamento, e que dão subsídio a este artigo. A metodologia utilizada para sua produção foi de revisão bibliográfica, utilizando nas teorizações sobre identidade os escritos de Tomaz Tadeu da Silva (2014), bem como autores como Ailton Krenak (2020); Boaventura de Sousa Santos (2019); Milton Santos (2005) e Maísa Caragiu Viana Guajajara (2024), para pensar o território na perspectiva dos povos indígenas, e como este é parte intrínseca de suas identidades. Onde as considerações tecidas ao final deste artigo, a partir do diálogo promovido entre os autores aliadas as percepções trazidas do campo de pesquisa, buscam deixar abertas algumas reflexões para o debate sobre a organização das lutas dos povos indígenas.

2 O TERRITÓRIO É NOSSA MÃE

O direito ao território é um debate que está na centralidade das lutas dos povos indígenas que reivindicam as relações com a terra e seus lugares de origem como parte constitutiva da sua identidade. Relação que se estabelece para além do conceito de nacionalidade, que nos identifica como pertencentes não apenas a um lugar físico, como a todo um conjunto de signos culturais, sociais e históricos construídos neste lugar (Silva, 2014).

É importante demarcar que a compreensão de território para os povos indígenas é diferente da visão estabelecida pela colonização e pela organização geopolítica dos Estados Nacionais a partir da modernidade. Para Santos (2005), nossa compreensão do território como um espaço em si mesmo, sem reflexões sobre seus usos, causam uma ideia alienante de permanência dos recursos de que ele dispõe. Uma ideia perigosa que seria reforçada pelos processos de globalização.

O conceito de nacionalidade que comumente utilizamos é também fruto desta organização geopolítica, assim como o conjunto de signos culturais e históricos que a delineiam são decorrentes da visão colonizadora. E considerando os modos da nossa organização social, esta divergência de visões sobre o território acaba por gerar uma série de conflitos, pois não se trata apenas da existência de diferentes culturas. O que coloca os povos indígenas em situação de vulnerabilidade sim, mas também enquanto sujeitos que organizam modos de resistência.

De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2014), deve-se observar que a construção das identidades passa pela cultura, e que esta, em todas as sociedades, possui um sistema próprio de classificação e atribuição de significados. Desta forma, é possível dizer que há aqui diferentes significados atribuídos por indígenas e não-indígenas sobre o espaço que habitam. Para o autor:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas

relações sociais essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles (por exemplo, servos e croatas); eu/outro. (Silva, 2014, p. 40)

A existência das diferenças não é nociva quando se dá em contexto de respeito a diversidade. Os problemas se instauram quando este processo de diferenciação é utilizado por uma das partes para estruturar relações de poder.

Neste ponto evidenciamos a luta dos povos indígenas por acesso e garantia a direitos, que passa pelo ponto sensível da luta pelo reconhecimento do valor de tudo o que a sua experiência humana produziu. A humanidade desses povos foi negada como parte da estratégia colonial de dominação territorial. Situação que não cessou com o fim do colonialismo histórico.

Sobre esse aspecto, Boaventura de Sousa Santos ressalta que:

No âmago dessa imaginação modernista existe a ideia de humanidade como totalidade construída com base num projeto comum: direitos humanos universais. Essa imaginação humanista, herdeira do humanismo renascentista, não conseguiu perceber que, uma vez combinado com o colonialismo, o capitalismo seria intrinsecamente incapaz de abdicar do conceito do sub-humano enquanto parte integrante da humanidade, ou seja, a ideia de que existem alguns grupos sociais cuja existência social não pode ser regida pela tensão entre regulação e emancipação, simplesmente porque não são completamente humanos. Na modernidade ocidental não há humanidade sem sub-humanidades. Na raiz da diferença epistemológica há uma diferença ontológica. (SANTOS, 2019, p.42)

Estabelecendo aqui um diálogo entre as ideias de Tomaz Tadeu da Silva e Boaventura de Sousa Santos, refletimos que a cultura europeia organizou seu sistema de modo hierarquizante, resultando no que outro autor, Aimée Césaire (2020, p.10) denominou como “uma forma de civilização que, em um dado momento de sua história, se vê obrigada internamente a estender à escala mundial a concorrência de suas economias antagônicas”. Um *modus operandi* que levou Césaire a questionar até mesmo o uso do termo “contato”, pois esse é um movimento que pressupõe respeito entre civilizações, e a ausência desse marcador faz da colonização uma experiência exploratória e criadora de sub-humanidades.

Para os povos indígenas esta não é apenas uma violência histórica, é também cotidiana, e contra a qual necessitam traçar estratégias de sobrevivência e resistência das suas identidades. Para Lacerda & Feitosa (2015), o avanço do projeto neoliberal traz uma nova dimensão aos processos de resistência e desobediência do lugar que o sistema relegou para os povos indígenas. E para refletir sobre estas estratégias, traremos o exemplo de iniciativas realizadas pelas Guerreiras da Floresta, na região do Vale do Pindaré, no estado do Maranhão.

2.1 Na luta eu me identifico

O grupo Guerreiras da Floresta organizou-se no ano de 2014, a partir da necessidade identificada pelas mulheres Guajajara da Terra Indígena (T.I) Caru, em promover ações no âmbito da proteção territorial, bem como apoiar as ações já desenvolvidas pelos Guardiões da Floresta, formado por homens, com o objetivo de percorrer a extensão territorial demarcada para identificar atividades ilegais, e denuncia-las para os órgãos competentes (Viana Guajajara, 2024).

De acordo com informações do Instituto Socioambiental – ISA (2022), a T.I Caru teve o seu processo de demarcação homologado no ano de 2013, mas a declaração dos seus limites territoriais ocorreu no ano de 1982. Seu território conta com 173 mil hectares localizando-se na microrregião do Vale do Pindaré - MA. Possui em torno de 400 habitantes, divididos entre os povos Guajajara, Awa Guajá, e Povos Isolados dos Igarapés Presídio e Juriti.

Na discussão socioambiental maranhense e brasileira, a T.I Caru está em dois contextos. O primeiro a localiza, de acordo com Faustino & Furtado (2013), enquanto área impactada pela ampliação da Estrada de Ferro Carajás, de responsabilidade da Empresa VALE S.A. O segundo, a localiza na porção territorial do “Mosaico Gurupi” que, de acordo com Celentano et al (2018), é a área entre o oeste do Maranhão e o leste do Pará que concentra a maior remanescente da floresta amazônica. Informações que situam o desafio enfrentado pelos povos indígenas da T.I Caru.

A existência de grupos auto organizados em atividades de vigilância foi uma maneira encontrada pelos povos indígenas de mitigar a ausência dos órgãos de fiscalização e controle ambiental, e proteger a biodiversidade em seus territórios. A iniciativa dos Guardiões da Floresta, no Maranhão, é fundada em 2007, na T.I Arariboia. De acordo com Silva (2024, p. 3), o grupo é criado para coibir as entradas ilegais para exploração dos recursos presentes no território, através da fiscalização das fronteiras da área demarcada.

A criação dos Guardiões da Floresta na T.I Caru se deu pelas conexões entre os indígenas, tanto pelo pertencimento a mesma etnia (Teneteraha – Guajajara), como também por processos de articulação política para a proteção dos seus modos de vida. E neste contexto, a iniciativa das Guerreiras da Floresta mostrou-se como um diferencial.

Do exposto até aqui, é importante chamar atenção que o pertencimento a uma etnia não é o único ponto para o reconhecimento de um sujeito enquanto indígena. Sendo necessário considerar a sua relação com a comunidade, com seu território, com outras etnias indígenas, e também com o não-indígena. O que faz dessas identidades também uma construção política de muitas camadas. É comum

por exemplo, a utilização do adjetivo “parente” para se referir a outro indígena, mesmo que não haja com este laço consanguíneo, para reforçar que todos os povos, em suas diferenças, estão irmanados pelas lutas.

Viana Guajajara (2024) relata que o processo de organização política dos indígenas da Caru teve início a partir das mobilizações para a demarcação do território, onde as Guerreiras, inicialmente organizadas em um “Conselho de Mulheres” atuou para dirimir conflitos internos, diante da adesão de grupos a práticas de arrendamento para pastagens, e facilitação da entrada de madeireiros mediante margem de lucro. E diante deste relato, ressaltar a dimensão política da construção dessas identidades é necessária para que fuçamos do que Silva (2014) descreve como *essencialismos que neguem* a complexidade destes sujeitos, e a forma como compreendem e se relacionam com o mundo a partir dos contextos de dominação e resistência.

A então adesão dentro dos territórios a praticas extrativistas vai de encontro ao que Garcia-Torres et al (2023) denomina de “Dimensões da (Re) Patriarcalização dos Territórios”. A T.I Caru, em toda sua peculiaridade, se caracteriza como um local de conflito. Onde a estratégia adotada pelas grandes empresas e megaprojetos avalizados pelo Estado, passam pela mobilização dos homens presentes nas comunidades, lançando mão do patriarcado como um modo de garantir a perpetuação do extrativismo em moldes capitalistas e coloniais nestes locais.

Segundo Garcia-Torres et al., a própria implementação destes projetos nos territórios já parte de uma visão concebida pelos sujeitos privilegiados pelo capitalismo, que ocupam os espaços de decisão na esfera pública ou privada.

Além disso, quando tais sujeitos – as empresas ou o Estado – chegam aos territórios para persuadir ou impor a opressão extrativista, com frequência estabelecem estratégias de relacionamento individual a fim de debilitar a capacidade de negociação coletiva das comunidades. Assim, em inúmeras ocasiões, as empresas fomentam uma interlocução exclusivamente masculina, seja com as lideranças locais, seja com os homens em posição de poder na família. Isso implica a exclusão das mulheres da tomada de decisão a respeito de questões que afetam a vida do território (Garcia-Torres et al., 2023, p. 40)

Considerando os mais de 400 anos de contato dos Guajajara, é possível dimensionar como a cultura patriarcal está presente nas relações destes territórios. A exemplo, a primeira organização das Guerreiras contava com 10 mulheres, e esta baixa adesão se deu, de acordo com os relatos das próprias integrantes, pela resistência masculina. O que nos leva a refletir que a organização das Guerreiras da Floresta pela defesa do território, passa também pela defesa da sua existência enquanto mulheres.

Nas falas das Guerreiras sobre sua relação com o território, é comum a referência a ele como uma grande mãe. E diferente da ideia de uso, o que se ouve

das integrantes do grupo é um discurso que entende a natureza como um ente vivo com quem se deve estabelecer relações de trocas respeitadas.

Ao tratar o território como uma mãe, as Guerreiras dão a dimensão desta relação indissociável com a natureza e, no seu trabalho de proteção territorial, ao entrar em contato com as famílias não-indígenas das comunidades do entorno da T.I Caru, entenderam a necessidade de construção desta dimensão também com estas. Assim, aliaram o patrulhamento dos limites territoriais a um trabalho de educação etnoambiental, junto as escolas de ensino fundamental e médio dos municípios de Bom Jardim - MA e Alto Alegre do Pindaré - MA, com o objetivo de conscientizar sobre a importância da preservação ambiental, e de como esta passa pelo respeito aos modos de vida e cultura dos povos indígenas.

2.2 Pensando novas formas de viver

Os povos indígenas se reconhecem como parte indissociada de um ecossistema sem o qual a sua própria identidade individual e coletiva é ameaçada. E compreendem que tanto indígenas quanto não-indígenas passaram por um processo de alienação da sua relação com a natureza, a partir da imposição da visão de mundo colonial.

Sobre este processo de alienação, Ailton Krenak reflete que:

[...] Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos humanidade. Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem – fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo o que eu consigo pensar é natureza. (Krenak, 2020, p. 16 e 17)

Nesse contato com as comunidades não-indígenas através do trabalho educativo, as Guerreiras refletem que as invasões do território encontram sua raiz no empobrecimento das famílias. E aqui cabe ressaltar que os municípios do entorno da T.I Caru estão entre os 30 municípios como menor índice de desenvolvimento humano do estado do Maranhão. Contextos gerados pelo processo de Globalização da economia, e sobre os quais Ailton Krenak questiona:

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (Krenak, 2020, p.14)

É um fato que o desenvolvimento global do capitalismo não é novo. Todavia, sua fase recente envolve a interação entre fatores econômicos e culturais que visam construir uma identidade marcada pela diferenciação dos indivíduos através do consumo (Silva, 2014, p. 21). Neste contexto, temos um enfraquecimento do

significado do espaço que habitamos, pois, se para a Globalização somos cidadãos do mundo, não há lugar para relações de pertencimento e construção de subjetividade a partir dos territórios.

Diante desse pensamento, não apenas a humanidade dos povos indígenas encontra-se ameaçada pelo processo de alienação do território. É preciso a tomada de consciência pelos não-indígenas de que a globalização oferta um não-lugar em estruturas desiguais. Portanto, as Guerreiras da Floresta buscam o diálogo e constroem identificação junto aos não-indígenas a partir da identidade de classe, e da relação junto as mulheres e jovens, que sofrem de forma aguda os efeitos da desigualdade. No fim, querem demonstrar que somos todos sub-humanidade no contexto do capitalismo global.

Assim, buscando tecer uma rede de solidariedade com famílias não-indígenas, que as Guerreiras articularam o projeto “Traçando Novos Caminhos para o Bem-Viver”, onde através da mobilização de fundos de organizações internacionais, criou-se uma carteira de financiamento para micro-projetos para o desenvolvimento de atividades produtivas. O primeiro ciclo apoiou 20 famílias não-indígenas, como o financiamento de até 2 mil reais, e assessoria técnica para aplicação dos projetos fornecida voluntariamente por Organizações Não Governamentais, e também pela equipe da FUNAI.

É possível localizar no trabalho de conscientização etnoambiental realizado por essas mulheres, e seus desdobramentos, as bases da educação popular e de uma compreensão inteseccional das causas da degradação ambiental. Este projeto parte do entendimento de que não é possível uma transformação no comportamento das comunidades não-indígenas sem a oferta de possibilidades para uma vida digna. A afirmação de suas identidades através da relação intrínseca com o território tem sido o viés do trabalho destas mulheres, na luta por um outro modo de viver, para indígenas e não-indígenas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta dos povos indígenas em torno de seus territórios está ancorada no processo de construção da identidade destes povos, fortemente ligada as relações que estabelecem com a natureza. Esta mesma relação tem sido historicamente alvo de alienamento através das diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, que estabelece com estes territórios uma relação de uso dos recursos naturais, através de práticas extrativistas.

A experiência das Guerreiras da Floresta da T.I Caru se filia a tantas outras experiências de resistência dos povos indígenas diante dos avanços do capital globalizado, que atua não somente pelo viés econômico, mas também promove novas formas de alienamento através de uma cultura que afirma identidades pelo

consumo, enquanto mina relações comunitárias e culturas locais.

O Grupo se organiza em torno de diferentes signos da sua identidade: sua etnia; sua relação com o território; as questões relacionadas ao gênero; e as condições de uma classe colocada a margem no processo de desenvolvimento capitalista, para mobilizar suas lutas tanto dentro da Terra Indígena, como também junto às comunidades não-indígenas localizadas próximas ao território. Encarando as contradições e complexidades das relações que permeiam essas identidades, as Guerreiras conseguem tecer reflexões sobre a importância de um novo modo de vida que respeite as diversidades dos seres, sem a produção de hierarquizações, e com a abolição das relações extrativistas para se pensar uma cultura que fortaleça as trocas respeitadas.

REFERÊNCIAS

CELENTANO, D.; MIRANDA, M. V. C.; MENDONÇA, E. N.; ROUSSEAU, G. X.; MUNIZ, F. H.; LOCH, V. do C.; VARGA, I. van D.; FREITAS, L.; ARAÚJO, P.; NARVAES, I. da S.; ADAMI, M.; GOMES, A. R.; RODRIGUES, J. C.; KAHWAGE, C.; PINHEIRO, M.; MARTINS, M. B. (2018). Desmatamento, degradação e violência no "Mosaico Gurupi" - A região mais ameaçada da Amazônia. *In: Estudos Avançados*, 32(92), 315-339.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Farina. **Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.** 1.ed. Açailândia, 2013.

GARCIA-TORRES, Mirian (et al.). **Extrativismo e (Re) Patriarcalização dos Territórios**. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (org.). *Corpos, Territórios e Feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas*. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

ISA, Instituto Socioambiental. Terra Indígena Caru: dados territoriais. *In: Terras Indígenas do Brasil*. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3645>. Acesso em: 21.nov.2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACERDA, Rosane Freire; FEITOSA, Saulo Ferreira. **Bem viver: projeto u-tópico e de-colonial**. *In: Interterritórios Revista de Educação*. Caruaru: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. *In: OSAL : Observatorio Social de América Latina*. Ano 6. n. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, L. A. da. **Morte e luta, silêncio e voz: o caso do assassinato do guardião indígena Paulo Paulino Guajajara, no Maranhão**. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, 56(1), 2024. Disponível em:

<https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a56278>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Editor Vozes, Petrópolis – RJ, 2014.

VIANA GUAJAJARA, Maísa Caragiu. **Em defesa do Território** (histórico das Guerreiras da Floresta). Disponível em: <https://guerreirasdafloresta.com.br/historia/>. Brasil, 2024. Acesso em: 20.abr.2024